
OPERAÇÃO SEM DESCONTO

CONTROLADORIA-GERAL
DA UNIÃO



MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

OBJETIVO

- A Polícia Federal (PF) e a Controladoria-Geral da União (CGU) deflagraram a Operação SEM DESCONTO para combater um esquema nacional de descontos associativos ilegais em aposentadorias e pensões.

ABRANGÊNCIA

- As ações ocorreram no Distrito Federal e em 13 estados (Alagoas, Amazonas, Ceará, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, São Paulo e Sergipe).

Ponto de partida

- Em 2023, a Controladoria-Geral da União (CGU) dá início a uma série de apurações sobre o aumento do número de entidades e dos valores descontados dos aposentados.
- A partir desse processo, foram feitas auditorias em 29 entidades que tinham Acordos de Cooperação Técnica (ACTs) com o INSS. Também foram realizadas entrevistas com 1.300 aposentados que tinham descontos em folha de pagamento.
- A CGU identificou que as entidades não tinham estrutura operacional para prestar os serviços que ofereciam aos beneficiários e que, dos entrevistados, a maioria não havia autorizado os descontos.
- A CGU também identificou que 70% das 29 entidades analisadas não tinham entregue a documentação completa ao INSS.

11 entidades associativas alvo de medidas judiciais / Ano em que o ACT com o INSS foi firmado

- AMBEC (2017)
- SINDNAPI/FS (2014)
- AAPB (2021)
- AAPEN (anteriormente denominada ABSP) (2023)
- CONTAG (1994)
- AAPPS UNIVERSO (2022)
- UNASPUB (2022)
- CONAFER (2017)
- APDAP PREV (anteriormente denominada ACOLHER) (2022)
- ABCB/Amar Brasil (2022)
- CAAP (2022)

Prisões e Mandados

- 211 mandados de busca e apreensão cumpridos
- 6 mandados de prisão temporária, sendo 3 cumpridos e 3 alvos foragidos

Servidores afastados

- Presidente do INSS
- Diretor de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão (INSS)
- Chefe da Procuradoria Federal Especializada do INSS
- Coordenador-Geral de Suporte ao Atendimento ao Cliente (INSS)
- Coordenador-Geral de Pagamentos e Benefícios (INSS)
- Policial Federal

Bens apreendidos

- Carros de luxo, dinheiro em espécie, joias e quadros
- Os valores totais e a quantidade exata ainda estão em levantamento

Como funciona o desconto de mensalidades?

- As entidades de classe, como associações e sindicatos, formalizam Acordos de Cooperação Técnica (ACT) com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Esses acordos permitem que as entidades realizem descontos de mensalidades associativas diretamente na folha de pagamento dos beneficiários do INSS, desde que autorizados pelos aposentados e pensionistas.

Autorização do beneficiário

- Para que o desconto seja realizado, a entidade precisa da autorização expressa e individual de cada beneficiário para realizar o desconto de sua mensalidade associativa. Na investigação, foram identificadas, porém, a ausência de verificação rigorosa dessa autorização e a possibilidade de falsificação de documentos de filiação e autorização.

Medidas adotadas

- Suspensão dos Acordos de Cooperação Técnica (ACT) dessas entidades associativas com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e, consequentemente, dos descontos feitos nas folhas de pagamentos de aposentados e pensionistas.
- De toda forma, os aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que identificarem desconto indevido de mensalidade associativa no extrato de pagamentos (contracheque) podem pedir a exclusão do débito de forma automática pelo aplicativo ou site “Meu INSS”.

OBRIGADO